

# JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

*Volume 13, Número 2, Outubro de 2024*

TRADUÇÕES

## **Quem decide o que é democrático?**

*Adam Przeworski*

## **Por que as autocracias temem os direitos LGBTQ+?**

*Gino Pauselli e María José Urzúa*

## **Europa Centro-Oriental: Os jovens e a extrema direita**

*Laura Jakli*

## **O modelo Bukele vai se espalhar?**

*Manuel Meléndez-Sánchez e Alberto Vergara*

## **Por que o México não está à beira do abismo**

*Viridiana Ríos*

---

ARTIGO INÉDITO

## **Construção da democracia na África Austral**

*Jonuel Gonçalves*

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN

[PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG](http://PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG)



# Quem decide o que é democrático?

*Adam Przeworski*

*Adam Przeworski* é professor emérito de política da Universidade de Nova York. Seus livros incluem *Why Bother with Elections? [Por que se preocupar com as eleições?]* (2018) e *Crises of Democracy [Crises da democracia]* (2019). Seu ensaio seminal “*What Makes Democracies Endure?*” [O que mantém as democracias?] (com Fernando Limongi, José Antonio Cheibub e Michael Alvarez) apareceu na edição de janeiro de 1996 do *Journal of Democracy*.

O que estamos defendendo quando defendemos a “democracia”? O que organiza a resposta a essa pergunta é a distinção entre a democracia como um *método* para processar quaisquer conflitos que possam surgir em uma determinada sociedade e a democracia como uma *personificação* de valores, ideais ou interesses que diferentes grupos de pessoas querem que a democracia realize. Esta é uma distinção entre concepções minimalistas e maximalistas de democracia e, por “concepção”, refiro-me a uma definição que tem conotações normativas, como todas as definições de democracia.

A democracia é um sistema no qual os cidadãos decidem coletivamente por quem e, até certo ponto, como serão governados. Essa característica é definidora: um regime é democrático se, e somente se, as pessoas são livres para escolher e remover governos.

\* Publicado originalmente como “Who Decides What Is Democratic?”, *Journal of Democracy*, Volume 35, Number 3, July 2024 © 2024 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

Na concepção minimalista, isso é tudo o que constitui a democracia. Contanto que todos os pré-requisitos para que os cidadãos escolham livremente os governos sejam cumpridos e as decisões políticas sejam tomadas de acordo com os procedimentos estabelecidos, qualquer decisão que os eleitores tomem é democrática.<sup>1</sup>

É verdade que os eleitores decidem apenas indiretamente, elegendo legislaturas: as leis são adotadas pelas legislaturas, não pelos eleitores.<sup>2</sup> Mas se a legislatura é livremente eleita e segue os procedimentos na promulgação das leis, e se as leis são devidamente cumpridas, a democracia não é questionável.

Nessa concepção, o valor da democracia é intrínseco. É a própria capacidade dos cidadãos, como coletividade, de escolher governos. No entanto, essa capacidade não está sempre disponível: ela possui pré-requisitos. John Stuart Mill já pensava que “os dois elementos da democracia” são “altos salários e leitura universal”.<sup>3</sup> A democracia é um sistema de direitos positivos, mas não gera automaticamente as condições necessárias para o exercício desses direitos.<sup>4</sup> Como observam Tom Ginsburg e Aziz Huq,

Para que a competição eleitoral genuína seja sustentada... é necessário algo além de um mínimo absoluto de arcabouços legais e institucionais. Requer também o emprego de direitos civis e políticos no processo democrático, a disponibilidade de uma máquina eleitoral neutra e a estabilidade, previsibilidade e publicidade de um regime legal geralmente capturado no termo “Estado de direito”.<sup>5</sup>

Nesse sentido, portanto, a concepção que reduz a democracia a eleições livres e justas, às vezes criticada como “eleitoralismo”, não é tão “mínima”.<sup>6</sup>

Embora o critério minimalista seja conceitualmente claro, surgem divergências operacionais: basta ver como diferentes pesquisadores classificaram a Rússia ou a Venezuela nos últimos trinta anos. Parti-

cularmente evasivas são as medidas que Ozan Varol classifica como “furtivas”.<sup>7</sup> Essas são ações aparentemente democráticas que visam aumentar a vantagem eleitoral de um governante. Por exemplo, tanto Silvio Berlusconi na Itália (em 2006) quanto Recep Tayyip Erdogan na Turquia (em 2014) tornaram possível (ou no caso turco, mais fácil) para os cidadãos residentes no exterior votarem nas eleições nacionais. Cada um justificou sua ação em termos democráticos, como a extensão dos direitos políticos a todos os cidadãos, mas o motivo óbvio em ambos os casos era angariar votos. Só depois do ocorrido ficou claro que Berlusconi havia dado um tiro no próprio pé, enquanto os turcos na Alemanha provaram ser eleitores confiáveis para Erdogan e seu partido.<sup>8</sup> Tais medidas são difíceis de avaliar usando critérios minimalistas *a priori* (segundo os motivos) ou *a posteriori* (segundo os resultados). Dessa forma, as controvérsias sobre a medição da democracia abundam: basta ver a recente edição especial de *PS: Political Science and Politics* sobre “retrocesso democrático”.<sup>9</sup>

Nas concepções maximalistas, a democracia é um método para realizar certos valores extrínsecos. Como observou Joseph Schumpeter, a maioria das pessoas valoriza a democracia não por ela em si, mas porque espera que ela realize alguns valores, ideais ou interesses superiores que considera desejáveis. Schumpeter dá exemplos, mas não reduz a lista a um conjunto fixo de itens:

Existem ideais e interesses últimos que o democrata mais ardente colocará acima da democracia, e tudo o que ele quer dizer quando professa uma lealdade intransigente a ela é que está convencido de que a democracia garantirá esses ideais e interesses, como liberdade de consciência e de expressão, justiça, governo decente e assim por diante.<sup>10</sup>

De fato, quase todos os aspectos normativamente desejáveis da vida política, e às vezes até da vida social e econômica, são creditados à democracia: representação, responsabilidade, igualdade, participa-

ção, justiça, dignidade, racionalidade, segurança; a lista continua. Ouvimos repetidamente que “a menos que a democracia seja X ou gere X, então...” As reticências raramente são explicitadas, mas insinuam que um sistema no qual os governos são eleitos *não* é uma “democracia” a menos que a condição X seja cumprida.

Obviamente, quanto mais valores atribui-se à democracia, menos propenso se está a encontrá-la. Além disso, como indicam suas listas, os valores que as pessoas atribuem à democracia podem diferir: é por isso que me refiro a “maximalismos”, no plural. Mais importante, sempre que as pessoas discordam sobre os valores ou interesses que desejam que a democracia realize, as concepções maximalistas geram conflitos. É verdade, como enfatizou Lewis Coser, que esses conflitos podem ser “transversais”: eles não precisam pôr classe contra classe ou religião contra religião.<sup>11</sup> Eles podem ser atenuados por um “consenso sobreposto” em relação a aspectos práticos que é compatível com diferenças em torno de valores.<sup>12</sup> Os conflitos também podem ser moderados por discussões públicas tanto no nível normativo quanto no técnico. No entanto, no final, quando todas as coalizões se formaram, os contornos do consenso prático tomaram forma, e os argumentos chegaram ao fim, os conflitos permanecem.

A questão, então, é o que estamos defendendo quando defendemos os valores extrínsecos que atribuímos à democracia, como justiça ou igualdade econômica. Estamos defendendo a própria democracia, ou os valores que atribuímos a ela? E qual é a resposta a essa pergunta quando diferentes pessoas atribuem diferentes valores à democracia?

## O problema

O problema hoje é que todo mundo é “democrata”. Durante parte do século XX, o fascismo e o comunismo foram alternativas à democracia racionalmente motivadas, elaboradas e amplamente atraentes.

No entanto, enquanto o epíteto “fascista” é usado de maneira indiscriminada nos dias de hoje, o fascismo está morto. E, em contraste com a União Soviética, a República Popular da China não busca propagar seu sistema político para outros países. Desde os anos 1990, a retórica democrática é usada em todo o espectro político.<sup>13</sup>

Por exemplo, o propagandista de Putin, Mikhail Leontiev, declara: “Não entendo o que tem de antidemocrático no fato de que uma força que goza de apoio social esmagador vença as eleições”. Donald Trump afirma que “nosso movimento busca substituir um establishment político falido e corrupto — quando digo ‘corrupto’, quero dizer totalmente corrupto — por um novo governo controlado por você, o povo americano”. Os Democratas Suecos, um partido com raízes autenticamente fascistas, agora professam seu compromisso com a democracia. O mesmo acontece com o Partido da Liberdade da Áustria e com a primeira-ministra italiana Giorgia Meloni e seu partido Irmãos da Itália. José Antonio Kast, o político de direita que perdeu o segundo turno presidencial chileno de dezembro de 2021 para o esquerdista Gabriel Boric, parabenizou seu rival e tuitou que ele merecia “todo o nosso respeito e colaboração construtiva”.<sup>14</sup>

Putin, entretanto, adotou tanto medidas abertas quanto dissimuladas que tornaram sua remoção do cargo impossível. Trump tentou, mas foi incompetente demais para torná-las eficazes. Tais tentativas são antidemocráticas pelo critério minimalista. Mas Meloni, os Democratas Suecos e o Partido da Liberdade da Áustria governaram sem tomar nenhuma medida que violasse as normas minimalistas. A “extrema direita” da Europa Ocidental apela vagamente aos “valores tradicionais” e é programaticamente anti-integração europeia, anti-imigração, anti-Islã e “anticrime”, mas respeita as pré-condições para a sobrevivência da democracia.

Mais ainda, a direita da Europa Ocidental tem se mantido longe de questões culturais, enquanto os partidos de direita variam em suas

posições sobre questões econômicas. No Leste Europeu, as questões culturais são mais proeminentes, com a adoção de várias políticas homofóbicas e anti-igualdade de gênero. Nesse aspecto, os republicanos nos Estados Unidos estão mais próximos de seus colegas à direita do espectro político do Leste Europeu do que dos da Europa Ocidental.

As políticas do governo polonês dirigido pelo partido Lei e Justiça (PiS) — antiaborto, anti-LGBTQ, contra a assinatura de um tratado para combater a violência doméstica — foram “antidemocráticas”? Tais políticas violam as normas de universalismo, igualdade ou liberdade, que muitos veem como essenciais para a democracia. Mas essas políticas ganharam o apoio da maioria dos eleitores em eleições razoavelmente livres. O parlamento francês acaba de adotar uma lei de “imigração” que não diz quase nada sobre os fluxos transfronteiriços de pessoas, mas restringe severamente os direitos dos não cidadãos que já estão no país, incluindo crianças nascidas na França. Essa legislação é claramente racista, mas mais de 70% dos entrevistados franceses a apoiam. Acho isso repulsivo, mas é “antidemocrático”?

Quando os valores que diferentes pessoas atribuem à democracia entram em conflito uns com os outros, quem decide o que é ou não é “democrático”?

Os tribunais desempenham um papel importante na supervisão das pré-condições para o livre exercício da vontade coletiva, zelando pelo cumprimento das regras que regem as eleições. Os juízes, portanto, são guardiões da democracia no sentido minimalista. Mas os maximalistas ainda podem recorrer ao constitucionalismo para afirmar que, mesmo que os pré-requisitos para a concepção mínima sejam satisfeitos, a democracia não está implementando os valores que deveria. As constituições incorporam o “maximalismo” no sentido de que especificam certos valores que nenhuma maioria transitória pode violar. O preâmbulo da Constituição dos Estados Unidos menciona não apenas “justiça”, mas “tranquilidade interna”

e “bem-estar geral”. O preâmbulo da Constituição da Índia refere-se, com letras maiúsculas no original, a “JUSTIÇA, social, econômica e política; LIBERDADE de pensamento, expressão, crença, fé e culto; IGUALDADE de status e de oportunidade; e promover entre todos eles a FRATERNIDADE, assegurando a dignidade do indivíduo e a unidade e integridade da Nação”.

Os maximalistas podem, portanto, alegar que as violações dessas normas por maiorias temporárias podem ser democráticas, mas não são constitucionais. Existem órgãos de revisão constitucional, tanto dentro quanto fora das legislaturas, para ouvir apelos a valores consagrados nas constituições. A premissa é que a “vontade do povo” reside na constituição, e não em alguma maioria transitória.<sup>15</sup>

Mas e se os tribunais ficarem em silêncio ou confirmarem as decisões da maioria (em muitos casos porque o governo em exercício indicou boa parte dos juízes e ministros da Suprema Corte), e, em resposta, algumas pessoas continuarem a insistir que essas decisões violam os valores que atribuem à democracia?

### **Crise da democracia?**

As últimas três décadas testemunharam o aumento da insatisfação com as instituições representativas tradicionais, a erosão e fragmentação dos sistemas partidários tradicionais, a ascensão de partidos de extrema direita e o surgimento de “mágicos” políticos na forma de indivíduos ou partidos que oferecem soluções milagrosas. Essas transformações levaram a uma preocupação generalizada com o futuro da democracia, expressa em inúmeros livros e artigos que fazem um alerta sobre “A Crise da Democracia”. Eu escrevi um desses livros.<sup>16</sup> Este ensaio constitui minhas reconsiderações.

Essas transformações representam uma ameaça à democracia ou um avanço da democracia?

A intensa e generalizada insatisfação com as instituições representativas é frequentemente criticada como “populismo”. A validade das críticas às instituições representativas é manifesta. É enganador reclamar da rejeição generalizada a essas instituições e, ao mesmo tempo, lamentar a persistência da desigualdade. A desigualdade oferece evidência *prima facie* de que as instituições representativas não funcionam bem. Desde o século XVII, pessoas em ambos os extremos do espectro político — aquelas para quem a igualdade era uma promessa, bem como aquelas que a viam como uma ameaça — acreditavam que a democracia, especificamente o sufrágio universal, geraria igualdade nas esferas econômica e social. Essa crença ainda está consagrada no carro-chefe da economia política contemporânea, o modelo do eleitor mediano. No entanto, na cidade de Nova York, existem cerca de cem mil crianças em idade escolar que não têm residência permanente, e na mesma cidade uma vez ouvi uma pessoa muito rica perguntar a outra quantas casas ele possuía, ao que a resposta foi “quatorze, das quais uma é um condomínio familiar”. Se nossas instituições representativas funcionassem bem, isso não seria possível.

O “populismo” vem em pelo menos duas variedades: “participativo” e “delegativo”. O populismo participativo é a demanda para governarmos a nós mesmos; o populismo delegativo é a demanda para sermos bem governados por outros. Como fenômeno político, a primeira variedade é salutar, mas em grande parte inconsequente, enquanto a segunda é perigosa para a democracia, no sentido minimalista de democracia.

A agenda do populismo participativo consiste em reformas institucionais que tornariam “a voz do povo” mais ouvida. Algumas propostas retornam às demandas que os Anti-Federalistas dos EUA já expressavam em 1789: mandatos curtos para funcionários eleitos, limites de mandato, a capacidade dos eleitores de destituir políticos eleitos antes do término de seus mandatos, cortes salariais para legisladores

e limites à circulação entre cargos públicos e privados. Uma inovação do Brasil, e que recebeu atenção mundial, é o orçamento participativo. Outras propostas vão desde a inútil “democracia de pesquisa” defendida pelo Movimento Cinco Estrelas da Itália, até o aumento da dependência de referendos de iniciativa popular e assembleias de cidadãos selecionados aleatoriamente e encarregados de ponderar sobre projetos de lei sem a autoridade para aprová-los.

No entanto, todas essas são medidas meramente paliativas que podem restaurar alguma confiança nas instituições democráticas, mas são limitadas pelo fato inescapável de que cada um de nós deve ser governado por outra pessoa. E ser governado implica necessariamente ser impactado por políticas e leis que desagradam parte das pessoas. Toda decisão possível irá desagradar alguém, mesmo que seja uma decisão tomada com a participação plena, igual e efetiva dos cidadãos. Não existe “o povo” no singular, e as pessoas no plural têm diferentes interesses, valores e normas.<sup>17</sup> Além disso, é verdade que as pessoas desejam se governar? Algumas obviamente sim, caso contrário não teríamos políticos, mas será que a maioria, ou mesmo muitas pessoas, quer?

A alternativa a nos governarmos é sermos governados por outros, mas sermos bem governados. O que as pessoas mais querem é ser governadas por alguém que entrega o que elas almejam, seja o crescimento da renda, a promoção de certos valores ideológicos, ou o que for. O populismo “delegativo” ocorre se a maioria das pessoas quer que o governante governe mesmo quando elimina as restrições à sua permanência no cargo e à autoridade discricionária. O resultado é o “retrocesso democrático” (também conhecido como “desconsolidação”, “erosão” ou “recessão”). Ginsburg e Huq descrevem isso como “um processo de decadência incremental (mas, ainda assim, substancial) dos três predicados básicos da democracia: eleições competitivas, direitos liberais de expressão e de associação, e Estado de direito”.<sup>18</sup>

À medida que esse processo avança, a oposição torna-se incapaz de vencer as eleições (ou de assumir o cargo se vencer), as instituições estabelecidas perdem a capacidade de controlar o Executivo, e as manifestações populares são reprimidas à força. O perigo do populismo delegativo é que uma maioria apoiará um governo que entrega o que ela quer, mesmo quando esse governo subverte as instituições democráticas.

Por sua vez, o declínio dos partidos mais antigos e a ascensão de novos não são antidemocráticos por nenhum critério. Os sistemas partidários tradicionais se erodiram e se fragmentaram: em todos os sistemas políticos da Europa Ocidental, o número médio de partidos efetivos aumentou de três em 1970 para quatro em 2020. O número também aumentou na América Latina. Mas isso significa que os eleitores têm mais opções de escolha e possuem alternativas mais próximas de suas preferências — coisas que as pessoas valorizam.<sup>19</sup> Ao mesmo tempo, o aumento no número de partidos parece não ter consequências negativas.<sup>20</sup>

A ascensão de partidos de extrema direita não é antidemocrática, mas o medo que eles suscitam é justificadamente alimentado pela preocupação de que, se chegarem ao poder, possam tentar minar a democracia. No entanto, desde que esses partidos se abstenham de tentar minar a possibilidade de serem removidos do cargo, e desde que

---

***O surgimento de mágicos políticos não é antidemocrático. Isso apenas mostra que, quando as pessoas se cansam das alternativas tradicionais, estão dispostas a correr o risco de abraçar soluções não testadas.***

---

observem as regras institucionais que controlam a formulação de políticas, sua participação nos governos não será antidemocrática.

O surgimento de mágicos políticos também não é antidemocrático. Isso apenas mostra que, quando as pessoas se cansam das alternativas tradicionais, estão dispostas a correr o risco de abraçar soluções não tes-

tadas. Quando estudei as eleições que levaram a grandes mudanças de paradigmas políticos — a ascensão ao poder do Partido Social-Democrata na Suécia em 1932 e do neoliberalismo no Reino Unido, com a eleição da conservadora Margaret Thatcher em 1979, e nos Estados Unidos, com a vitória do republicano Ronald Reagan em 1980 —, presumi que os eleitores só apoiariam o candidato de um partido propondo algo sem precedentes se esse partido pudesse reivindicar um histórico de responsabilidade, ou seja, que já houvesse governado antes e houvesse agido como todos os outros partidos enquanto esteve no poder.<sup>21</sup>

No entanto, as vitórias de Trump nos EUA, de Jair Bolsonaro no Brasil e de Javier Milei na Argentina mostram que, quando as pessoas estão desesperadas, estão dispostas a buscar qualquer remédio e recorrer a qualquer meio, mesmo aqueles oferecidos por charlatões que vendem “curas milagrosas”. Como um motorista de Uber do Rio de Janeiro disse a um entrevistador: “Você vê essa decadência, essa crise moral, esses políticos que roubam e não fazem nada por nós. Estou pensando em votar em alguém completamente novo”.<sup>22</sup> Quando as pessoas não têm nada a perder, elas abraçam todos os tipos de ilusões, como curar doenças aplicando queijo cottage ou fazendo ouro a partir de metais básicos na Alemanha de Weimar.<sup>23</sup> O slogan de campanha de Trump “*Make America Great Again*” não foi mais do que isso. Assim como o mote “governo limpo, empregos e armas” de Bolsonaro. O mesmo acontece com a frase “*Viva la libertad, carajo*” de Milei. E com o grito de guerra “expulsar imigrantes” dos partidos de extrema direita da Europa. Isso é o que não antecipamos quando acreditávamos que suas vitórias eleitorais eram impensáveis.

Em suma, a rejeição das instituições representativas apresenta um dilema. Não podemos fingir que essas instituições estão funcionando bem, mas as soluções não são óbvias e algumas são perigosas para a democracia. Por sua vez, nem a proliferação de partidos, nem a ascen-

são da extrema direita, nem o surgimento de mágicos constituem uma ameaça à democracia no sentido minimalista, sempre com a mesma ressalva de que essas democracias evitem o retrocesso.

## **Defendendo a democracia**

Ao declarar o advento da democracia na Espanha pós-Franco, o primeiro-ministro Adolfo Suárez (1976-1981) proclamou que, daqui em diante, “o futuro não está escrito, porque apenas o povo pode escrevê-lo”. Ele esperava por um mundo melhor e eu acreditei em suas palavras.<sup>24</sup> Mas as pessoas podem escrever o que quiserem. A democracia não garante nada além de que são as pessoas que escreverão o futuro. É apenas um terreno no qual pessoas mais ou menos iguais e mais ou menos livres lutam pela realização de ideais, valores e interesses conflitantes. O único milagre da democracia é que esses conflitos podem ser administrados sem repressão e em paz.

Quando, diante da crescente polarização, as pessoas discordam sobre quais valores a democracia deve se esforçar para alcançar, a democracia só pode ser defendida como o melhor método para administrar essas divergências. No entanto, é difícil defender os métodos sem referência aos propósitos a que se destinam. Como observa Eerik Lagerspetz, “há algo profundamente perturbador na ideia de que um procedimento puramente mecânico e sem conteúdo possa determinar o que devemos fazer”.<sup>25</sup> No entanto, o próprio procedimento de escolha de governos por meio de eleições tem méritos que se sustentam por si só.

Um desses méritos é a precaução. Matthew Graham e Milan Svobik reuniram evidências sugerindo que as pessoas podem estar dispostas a tolerar transgressões de normas e procedimentos democráticos em troca de alguns resultados materiais ou simbólicos que valorizam.<sup>26</sup> Quando os governantes, ainda que bem sucedidos em entregar resul-

tados, minam a democracia, seus apoiadores enfrentam um dilema: eles podem manter o atual governo, que é competente mas viola normas, no poder, com o custo de perder a capacidade de removê-lo no futuro, ou podem optar por proteger a democracia agora, ao custo de abrir mão dos resultados políticos que estão recebendo.<sup>27</sup> A afirmação frequente de que “a democracia está em jogo” é precisa quando os governos estão ameaçando se entrincheirar no poder, independentemente da vontade do povo.

A segunda virtude é a pacificação da vida política. O método democrático de processar conflitos por meio de eleições livres é a única maneira de gerenciar conflitos sem recorrer à violência.<sup>28</sup> Nas palavras de Norberto Bobbio, “o que é a democracia, senão um conjunto de regras [...] para a solução de conflitos sem derramamento de sangue?”<sup>29</sup> As eleições não são o único mecanismo para processar conflitos; também o são os sistemas judiciais e de negociação coletiva. A diferença está no fato de que a participação nas eleições é aberta a todos os cidadãos.

As eleições podem gerar resultados que uma minoria considera repulsivos. Mas os democratas devem estar preparados para enfrentar derrotas, mesmo que seus valores estejam em jogo. A virtude do método democrático é que, desde que a democracia seja preservada, as derrotas são sempre temporárias.

Para muitas pessoas nos Estados Unidos, a eleição da chapa George W. Bush e Dick Cheney em 2000 foi um desastre, mas elas sabiam que haveria outra em 2004. Quando a eleição de 2004, com a reeleição dos republicanos, se mostrou ainda pior para esses eleitores, eles ainda podiam esperar por 2008. E, talvez incredivelmente-

---

***Defender a democracia requer mais do que se opor ao que o governo está fazendo. A oposição deve ser mais do que uma expressão de ira. Defender a democracia requer um programa positivo e orientado ao futuro para reformá-la.***

---

te, o país que elegeu e reelegeu Bush e Cheney elegeu o democrata Barack Obama em 2008. A democracia sobrevive quando os vencedores não abusam de seu poder, mas também quando os perdedores estão dispostos a esperar as próximas eleições. Esta é a magia do método democrático.

E se as pessoas apoiarem conscientemente governos antidemocráticos? A questão de saber se os governos democráticos têm ou não o direito de reprimir movimentos antidemocráticos não é nova. A República Federal da Alemanha banuiu o Partido Comunista em 1956 com base nisso. Na Argélia, no início de 1992, o segundo turno das eleições parlamentares — os primeiros pleitos multipartidários a serem realizados desde a conquista da independência da França, três décadas antes — foi cancelado porque os fundamentalistas muçulmanos pareciam propensos a vencer. E se as pessoas seguirem líderes que prometem empoderá-las e depois usurpam o poder, privando o povo da capacidade de removê-los? Para colocar da maneira mais clara possível: e se as pessoas votarem contra a democracia? A constituição não deve ser um pacto suicida, mas quem deve decidir que estamos cometendo suicídio?

O perigo de que os governantes possam minar o mecanismo eleitoral está sempre presente. Portanto, a vigilância em defesa da democracia no sentido minimalista é uma tarefa sem fim. Mas defender a democracia requer mais do que se opor ao que o governo está fazendo. A oposição deve ser mais do que uma expressão de ira. Defender a democracia requer um programa positivo e orientado ao futuro para reformá-la.

Não é uma tarefa fácil. Ser contra algo une, enquanto ser a favor de algo divide. Quando diferentes grupos que se opõem a violações das normas democráticas atribuem diferentes valores à democracia, a rejeição do retrocesso pode angariar o apoio da maioria, enquanto qualquer proposta de reforma atrairá apenas uma minoria. A melhor evidência disso é que, em muitos países, a oposição não consegue se unir contra

um inimigo comum. O exemplo clássico é o México sob o governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI) de 1934 a 2000. O PRI hegemônico tinha críticos de esquerda e de direita, mas eles estavam muito distantes ideologicamente para formar uma frente unida.

O minimalismo une, o maximalismo divide. Governos retrógrados muitas vezes vencem eleições com uma minoria do voto popular: o partido de Erdogan, o AKP, nunca conquistou a maioria dos votos em uma eleição parlamentar, mas foi reeleito repetidamente na Turquia. Na Polônia, o PiS (Lei e Justiça) ganhou a reeleição em 2019 com 43,6% dos votos, mas perdeu em 2023, quando vários partidos de oposição conseguiram formar uma coalizão. De maneira crucial, os partidos que formaram a aliança que derrubou o PiS concordaram em não enfrentar a principal questão que os dividia: o aborto. Eles concordaram que defender a democracia era mais importante do que quaisquer valores que os dividiam, e que os conflitos sobre o aborto seriam administrados assim que a vitória fosse garantida. Portanto, tanto os opositores quanto os defensores da liberdade de escolha em relação ao aborto poderiam prometer a seus respectivos eleitorados que promoveriam seus valores se a democracia fosse restaurada, alegando que a tarefa imediata era restaurá-la.

A lição da experiência polonesa, acredito eu, é que as oposições aos governos retrógrados podem se unir se concordarem em confiar no método democrático para processar conflitos sobre seus valores maximalistas. O perigo, no entanto, é que, a menos que as instituições representativas sejam reformadas, a democracia reproduzirá as condições que permitiram que as forças antidemocráticas se tornassem bem-sucedidas em primeiro lugar. Aqui, eu concordo com Cas Mudde: “[O populismo] é um sintoma de uma democracia liberal que não funciona bem”.<sup>30</sup> O sucesso na “restauração” da democracia não é suficiente para restaurar a confiança nas instituições representativas.

Na minha opinião, o principal culpado pela insatisfação generalizada com as instituições representativas é a desigualdade política gerada pela influência do dinheiro sobre a política.<sup>31</sup> Mas outros podem discordar. Além disso, as direções nas quais as reformas podem se mover variam de acordo com as circunstâncias. Minha conclusão é que, para dar às forças políticas conflitantes uma renovada confiança nos métodos democráticos, os defensores da democracia devem oferecer uma perspectiva voltada ao futuro, que busque melhorar as instituições representativas.

## Notas

1. Robert A. Dahl, *Polyarchy: Participation and Opposition* (New Haven: Yale University Press, 1971), 3 [Ed. bras.: *Poliarquia: participação e oposição* (São Paulo: Edusp, 1997)].
2. Hans Kelsen, *The Essence and Value of Democracy*, org. Nadia Urbinati e Carlo I. Accetti, trans. Brian Graf (Plymouth, Inglaterra: Rowman and Littlefield, 2013 [publicação original 1929]); Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism, and Democracy* (Nova York: Harper, 1942).
3. John Stuart Mill, *The Collected Works of John Stuart Mill, Volume XVIII—Essays on Politics and Society Part I*, org. J. M. Robson (Toronto: University of Toronto Press, 1977 [publicação original 1859]), 99.
4. Stephen Holmes e Cass R. Sunstein, *The Cost of Rights: Why Liberty Depends on Taxes* (Nova York: W.W. Norton, 1999).
5. Aziz Huq e Tom Ginsburg, “How to Lose a Constitutional Democracy”, *UCLA Law Review* 65 (fevereiro 2018): 87.
6. Philippe C. Schmitter e Terry Lynn Karl, “What Democracy Is...and Is Not”, *Journal of Democracy* 2 (verão 1991): 75–88.
7. Ozan O. Varol, “Stealth Authoritarianism”, *Iowa Law Review* 100 (maio 2015): 1673–1742.
8. Elisabetta Povoledo, “An Overseas Surprise for Berlusconi”, *New York Times*, 13 abril 2006; Thomas Wieder, “Turkish Elections: How Germany Became a Reservoir of Votes for Erdogan”, *Le Monde* (Paris), 14 maio 2023.
9. Andrew T. Little e Anne Meng, “Measuring Democratic Backsliding”, *PS: Political Science and Politics*, 11 janeiro 2024, <https://www.cambridge.org/core/journals/ps-political-science-and-politics/article/measuring-democratic-backsliding/9EE2044CDA598BD815349912E61189D8>.
10. Schumpeter, *Capitalism, Socialism, and Democracy*, 242.
11. Lewis A. Coser, *The Functions of Social Conflict* (Glencoe, Illinois, EUA: Free Press, 1956).

12. John Rawls, “The Domain of the Political and Overlapping Consensus”, in *The Idea of Democracy*, org. David Copp, Jean Hampton, e John E. Roemer (Cambridge: Cambridge University Press, 1993), 245–69.
13. John Dunn, *Democracy: A History* (Nova York: Atlantic Monthly Press, 2005).
14. A citação de Leontiev vem de sua entrevista, “Russian Democracy Is No Different from Western Democracy”, *Dziennik* (Cracóvia), 19 janeiro 2008, <https://wiadomosci.dziennik.pl/wydarzenia/artykuly/68578,rosyjska-demokracja-nie-roznisie-od-zachodniej.html>. Para o comentário de Trump, ver “Transcript: Donald Trump’s Speech Responding to Assault Allegations”, NPR, 13 outubro 2016, <https://www.npr.org/2016/10/13/497857068/transcript-donald-trumps-speech-responding-to-assault-accusations>. Para o tweet de Kast, ver “Chile Celebrates Leftist Boric’s Election Victory”, *Deutsche Welle*, 19 dezembro 2021.
15. Alexander Hamilton, “Federalist No. 78”, in *The Federalist Papers*, org. Clinton Rossiter (Nova York: Mentor, 1961), 464; Roberto Gargarella, *The Law as a Conversation Among Equals* (Nova York: Cambridge University Press, 2022).
16. Adam Przeworski, *Crises of Democracy* (Nova York: Cambridge University Press, 2019).
17. Edmund S. Morgan, *Inventing the People: The Rise of Popular Sovereignty in England and America* (Nova York: W.W. Norton, 1989).
18. Huq e Ginsburg, “How to Lose a Constitutional Democracy”, 96.
19. Adam Przeworski, “Freedom to Choose and Democracy”, *Economics and Philosophy* 19 (outubro 2003): 265–79.
20. Vicente Valentim e Elias Dinas, “Does Party-System Fragmentation Affect the Quality of Democracy?”, *British Journal of Political Science* 54 (janeiro 2024): 152–78.
21. Adam Przeworski, “Choices and Echoes: Stability and Change of Policy Regimes”, in *Economic Crises and Policy Regimes: The Dynamics of Policy Innovation and Paradigmatic Change*, org. Hideko Magara (Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar, 2014), 33–55.

22. Brian Winter, “System Failure: Behind the Rise of Jair Bolsonaro”, *Americas Quarterly*, 24 janeiro 2018, <https://www.americasquarterly.org/fulltextarticle/system-failure-behind-the-rise-of-jair-bolsonaro>.
23. Sefton Delmer, *Weimar Germany: Democracy on Trial* (Londres: Macdonald, 1972), 95.
24. Adam Przeworski, *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America* (Nova York: Cambridge University Press, 1991).
25. Eerik Lagerpetz, “Wisdom and Numbers”, *Social Science Information* 49 (março 2010): 30.
26. Matthew H. Graham e Milan W. Svobik, “Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States”, *American Political Science Review* 114 (maio 2020): 392–409.
27. Zhaotian Luo e Adam Przeworski, “Democracy and Its Vulnerabilities: Dynamics of Democratic Backsliding”, *Quarterly Journal of Political Science* 18, n. 1 (2023): 105–30.
28. Karl Popper, *The Open Society and Its Enemies*, 4ª ed. rev., 2 vols. (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1962); Norberto Bobbio, *The Future of Democracy: A Defense of the Rules of the Game*, trans. Roger Griffin (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987) [Ed. bras.: *O futuro da democracia* (Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2009)]; Przeworski, *Democracy and the Market*.
29. Bobbio, *Future of Democracy*, 156.
30. Cas Mudde, “Populism in Europe: An Illiberal Democratic Response to Undemocratic Liberalism”, *Government and Opposition* 56 (outubro 2021): 589.
31. Adam Przeworski, “Dinero, política y democracia”, in *Política, dinero y poder: Un dilema para las democracias de las Américas* (México: Fondo de Cultura Económica, 2011), 67–88. Em inglês: <https://sites.google.com/a/nyu.edu/adamprzeworski/home/working-papers>.

*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

### **As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

#### **Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

#### **Meios de comunicação e Democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

#### **Sociedade civil e democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

#### **Bibliotecas virtuais:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

#### **Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>